

Publicado in Panorama da Geografia Brasileira – vol.2- 2006
Org.Silva, Jose Borchacchiolo da Silva; Lima, Luiz Cruz: Dantas, Eustogio Wanderlei
ANPEGE - Editora- Annablume – p. 77 a 100

Desenvolvimento Sustentável

Dos conflitos de classes para o conflito de gerações

Arlete Moysés Rodrigues¹

RESUMO:

O texto debate a matriz discursiva do desenvolvimento sustentável que ignora conflitos de classes sociais e o território. Procura mostrar como a problemática ambiental, nos documentos oficiais, remete as contradições de classe para o conflito entre gerações e os conflitos de apropriação do território, das riquezas naturais, para a biosfera. Aponta a importância de compreender os deslocamentos discursivos: dos conflitos de classes para os conflitos entre gerações; da natureza apropriada privadamente para a natureza como bem comum.

Palavras Chaves: território, ambiente, tecnologia, desenvolvimento sustentável.

APRESENTAÇÃO

Este texto parte do pressuposto que na segunda metade do século XX, o ideário do desenvolvimento sustentável, acirra o deslocamento de discursos, ou matrizes discursivas², que ocultam, encobrem contradições e conflitos de classe transformando-as em ‘conflitos’ entre gerações. O desenvolvimento sustentável joga uma espessa cortina de fumaça sobre a importância do território e as formas de apropriação e transformação das riquezas naturais deslocando as responsabilidades para a concepção do meio ambiente como ‘bem comum’.

O advento do capitalismo e as revoluções burguesas instalam o ideário de igualdade, liberdade, fraternidade, no qual os indivíduos são considerados “iguais” perante a lei. A igualdade perante a lei não significa ausência de contradições e conflitos de classes, raciais, de gênero mas a implantação das idéias liberais, da configuração do Estado Moderno e suas instituições política. Sueli Dallari afirma que “*deve-creditar as*

¹ -Profa.Livre Docente- Unicamp- amoyses@terra.com.br

² - Matrizes discursivas ver Sader, Eder, 1988.

revoluções burguesas do século dezoito as transformações de idéias em instituições políticas” (Dallari, 2005:1)³ e a formatação do Estado de Direito.

No período pós 2^a. guerra mundial a idéia de igualdade, do fim do racismo e da aparente falta de importância dos territórios é utilizada pelos EUA para “*ocultar a ambição imperial num universalismo abstrato*” (Harvey, 2004:49). A hegemonia norte-americana se constrói com o discurso do “século americano” no qual este país se coloca como o portador de um significado impar para a expansão do capitalismo. Neil Smith aponta que se tentou negar com a importância do território e da geografia na articulação do poder imperial:

”...enquanto a linguagem geográfica dos impérios sugere uma política maleável .. ‘o século americano’ sugere um destino inevitável... Como se contesta um século? A dominação americana foi apresentada como o resultado natural do progresso histórico, implicitamente o pináculo da civilização européia, em vez de resultado competitivo do poder político econômico. Era uma decorrência tão certa quanto a sucessão de séculos. Na medida em que estava além da Geografia, o século americano estava além do império e acima da reprovação” (Smith, In Harvey, D. 2004:49⁴ -grifos nossos).

Com um significado semelhante a negação a importância do território, da geografia, e a existência de classes sociais se amplia com a construção, nas últimas décadas do século XX, do ambiente como um “bem comum”, da necessidade de preservar as riquezas naturais para as gerações e futuras, com base na ‘descoberta’ dos problemas ambientais e da ‘necessidade’ de proteção do meio ambiente.

Parafrazeando Neil Smith indagamos: como reprovar, como ser contrário a um ambiente saudável para todos? Como ser contra pensar nas gerações futuras? Como não considerar a conservação das riquezas naturais (ou melhor dos recursos naturais)? Como reprovar que os “recursos humanos” sejam treinados para o trabalho e para a proteção ambiental? O desenvolvimento sustentável parecer ser um destino inevitável para o qual todos devem contribuir.

Denominando o período de hegemonia norte-americana como novo imperialismo, David Harvey diz que: A Declaração dos Direitos Universais e os vários estudos da Unesco

³ - Veja-se Dallari, Sueli Gandolfi – 2005 –texto não publicado- mimeo

⁴ Smith Neil – American Empire:Roosevelt’s Geographer and the prelude to Globalization in Harvey, 2005

negaram a validade do racismo fundando um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais apropriado a uma segunda etapa do regime “burguês”. (Harvey, 2005: 53 grifos nossos).

Esta etapa do regime burguês não se conclui com o universalismo da propriedade privada, pois ao final do século XX ao universalismo da propriedade privada acresce-se o universalismo do meio ambiente - como bem comum-, obscurecendo ainda mais a importância do espaço, do território e a existência de classes sociais.

A preocupação com o ‘meio-ambiente’ aparece, internacionalmente, de forma mais explícita na Conferência Científica da ONU – Sobre Conservação e Utilização de Recursos Naturais (UNSCCUR-1949- Nova York) com a proposta de adequar os recursos naturais que possam atender as exigências crescentes da produção e descobrir novos recursos com pesquisas científicas. A idéia central é o domínio da natureza por meio do avanço técnico/científico, considerado ‘neutro’.

O país que se coloca como o maior defensor da “igualdade” e do fim do racismo tem internamente, racismo acentuado, controla as formas de associações, organização de trabalhadores direta⁵ ou indiretamente. Do ponto de vista externo se colocam, até os dias atuais como defensor da “*ordem e da estabilidade assentada nos interesses dos proprietários e da manutenção do capitalismo*” (idem: 56). Indiretamente do ponto de vista interno mas que mostra o interesse no espaço, no território e nas classes sociais, instalam indústrias em países sem organização sindical, que implica na expansão do capital em novos territórios. Os EUA representam a principal máquina de acumulação do capital, capaz de arrastar o mundo em seus trilhos.

A expansão do novo imperialismo, imbricada com os interesses dos países que buscavam o “desenvolvimento”, será efetuada em locais onde os trabalhadores não estão “organizados”. Interessa ao capital, no período após segunda guerra, a instalação de grandes unidades produtivas que possibilitam a cooperação do trabalho. Lembramos que a força de trabalho conjunta significa não apenas a soma da força de trabalho individual mas um aumento da força produtiva.⁶ Dialeticamente, se o conjunto de trabalhadores

⁵ - As reivindicações trabalhistas sempre foram reprimidas violentamente, basta lembrar que as datas 1º de Maio e 8 de Março representam marcos de lutas dos trabalhadores e de mortes nos conflitos.

⁶ - Ver Fontes, Virginia – 2005 – em especial, p.73 a 90.

significava maior produtividade, possibilitou também a organização com reivindicações e lutas conjuntas e ao mesmo tempo, contribuiu para que a expansão do capital ocorresse onde não havia organização dos trabalhadores.

Nas últimas décadas do século XX com o avanço do meio técnico informacional o capital não necessita da reunião física de trabalhadores para aumentar a produtividade. A expansão e a reprodução ampliada do capital está baseada na tecnologia informacional que possibilita intensificar o uso do território, explorar riquezas naturais independente do país, região, onde se localizam. O controle da produção, a exploração do conjunto da força de trabalho é obtida em pequenas ou médias unidades, dispersas no mundo, controladas pelo centro do sistema capitalista. É o que se denomina de acumulação flexível do capital com a desregulamentação das relações de trabalho e predomínio do neoliberalismo.

Na construção da hegemonia neoliberal: *“o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase norte americana, tendo podido exercer poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado, em particular, quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta”* (Harvey, 2005:59). A hegemonia neoliberal é dominante na construção do ideário do ‘desenvolvimento sustentável’⁷

Na segunda metade do século XX a biosfera é o lugar das contradições e conflitos, que seriam hipoteticamente resolvidos se todos cuidassem de preservar o meio ambiente - o bem comum-. Como todos são iguais (perante a lei), todos devem preservar o meio ambiente, um ‘bem comum’. Todos são iguais perante a lei mas a maioria vive na miséria, enquanto uns poucos vivem suntuosamente, então este bem comum deve ser preservado para as gerações futuras.

O mesmo país que se coloca como ‘o defensor dos direitos individuais’ é também o que se arvora no defensor do meio ambiente como ‘bem comum’(em outros países) para as gerações futuras. Internamente, porém, não aceita ‘imposição’ em relação ao meio ambiente, recusa-se a assinar a Convenção Internacional sobre mudanças climáticas (assinada por mais de 150 países), colocando em risco, segundo a maior parte dos autores, as tentativas de minimizar as mudanças climáticas.

Os direitos individuais sempre descumpridos em todos os lugares do mundo passam a ser uma bandeira de luta de movimentos sociais de vários matizes que denunciam

⁷ - Nobre, M. e Amazonas M.C. 2000.

as violações e assim mostram a discrepância entre o mundo ‘ideal’ e o real. A apropriação, por grupos sociais, dos direitos humanos recria formas de luta contra a desigualdade, articulando-se em redes internacionais⁸. “Los derechos humanos son una bandera liberal desde el momento que una persona se siente libre si sus derechos son protegidos. La palabra ‘liberal’ tiene que ver con la dignidad de todos los seres humanos. El pensamiento liberal no está solo en los papeles, sino en la pasión de la gente por construir una sociedad mejor”. (Alderdice, J. 2005:1). Compreender o processo de organização dos movimentos sociais, sua articulação internacional é fundamental para analisar a importância do espaço, do território na era da tecnosfera. Não é o objeto de análise deste texto, embora vários movimentos ambientalistas considerem que esta apropriação é fundamental para a ‘preservação’ do ambiente para as gerações futuras.

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL ⁹

As alterações do que se denomina de 3ª. Revolução Industrial intensificam o uso das riquezas naturais, propiciam novas formas de apropriação dos territórios, acelerando o esgotamento de elementos da natureza e do ambiente em sua totalidade tornando as riquezas naturais cada vez mais escassas, raras e caras.¹⁰

A tecnologia incorporada no processo produtivo muda a dinâmica da exploração do conjunto da força de trabalho e da exploração das riquezas. Com relação ao mundo do trabalho, como já apontado, o capital não necessita, para aumentar a produtividade, de um grande conjunto de trabalhadores numa mesma unidade produtiva.

Com relação ao uso acelerado das riquezas naturais, as conferências da ONU, em especial na segunda metade do século XX, destacam, cada vez mais, a natureza, a biosfera, as riquezas naturais e a necessidade de sua preservação, embora o conhecimento dos problemas de poluição, de destruição de reservas não seja novidade, como mostram, entre outros, Thomaz, K. (1989) McCormick (1992).

⁸ - Veja-se Rodrigues, Arlete Moyses 2005

⁹ - Utilizamos problemática para dar uma noção da complexidade pois problemas parecem ter solução e ser mais simples do que problemática.

¹⁰ - Este é um tema importante. Trata do valor, do preço das riquezas naturais. Veja-se Shiva, Vandana (1991).

Os grupos ambientalistas, nos seus primórdios são formados por interessados em história natural. No século XVIII a Inglaterra, o país mais industrializado do mundo, é o grande centro dos naturalistas e ilustradores botânicos que possibilitaram compreensão do mundo natural, da visão do homem quanto ao seu lugar na natureza e do processo de dilapidação das riquezas naturais. No início do século XX os grupos ambientalistas do mundo todo propuseram e aprovaram a formação de uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza. (McCormick -1992).

No final da 2ª. guerra a ONU propõe uma conferência internacional sobre conservação e uso de recursos, tendo em vista: “*a necessidade de desenvolvimento contínuo e aplicação generalizada de técnicas de conservação de recursos*” (Mc Cormick 1992: 53) para atender as exigências crescentes da expansão dos capitais.

Na Conferência da ONU sobre a Biosfera realizada em 1968 ficou evidente que a intensificação das técnicas acelera o uso das riquezas naturais e que sua exploração poderia provocar o esgotamento e a poluição do meio ambiente. Há tendência de controle dos países ditos desenvolvidos em relação aos que não estão no centro do sistema. Os recursos considerados renováveis como: água, ar, solo, mudam de classificação para não renováveis. Torna-se mais evidente que os problemas de poluição não se limitam aos locais onde são gerados e que têm que ser entendidos como globais. Ou seja torna-se mais conhecido o fato da natureza não ter fronteiras administrativas, políticas, regionais e que a dinâmica da biosfera sofre alterações independentemente do que se pretende com as divisões do mundo.¹¹

O avanço da técnica acelera o consumo e a dilapidação de matérias primas, fontes de energia. Aumenta a velocidade dos meios de circulação e a quantidade de mercadorias transportadas pelas estradas de ferro, de rodagem, alterações na navegação marítima, fluvial e aérea, construção de gasodutos, oleodutos. Altera-se a produção, a circulação e o consumo.

A exploração de riquezas naturais altera o modo de vida de comunidades, povos, que são submetidos à exploração e espoliação e também daqueles que os exploram cujo status passa a ser auferido pelo ‘padrão de vida’. Quando se esgotam as reservas, alteram-se, novamente, as formas e os modos de vida. Há falta de análises para avaliar o espaço

¹¹ -Veja-se Rodrigues, Arlete Moysés - 1998

produto das explorações de riquezas naturais e o seu significado para os lugares de onde as riquezas foram retiradas. Também não há análises do que ocorre quando a “exploração” de um recurso passa a ser realizada em outros locais. Algumas análises, mais recentes, centram-se nos “lugares” que entram na competitividade na lógica neoliberal.

A problemática ambiental, em geral, denominada de problemas do meio ambiente¹², (re)cria matrizes discursivas que ocultam contradições e conflitos de classes com um novo discurso: a biosfera, as riquezas naturais passam para ‘bem comum’ da humanidade. O universalismo da propriedade privada é acrescido do universalismo da biosfera.

Ninguém vive sem ocupar espaço, sem respirar, sem alimentar-se, sem ter um teto para abrigar-se e, na modernidade, sem o que se incorporou na vida cotidiana: luz, telefone, televisão, rádio, refrigeração dos alimentos, etc. A humanidade não vive sem ocupar espaço, sem utilizar-se, cada vez mais intensamente, das riquezas naturais que são apropriadas privadamente. Contraditoriamente a biosfera é tida como ‘bem comum’. Aumenta o padrão de vida em detrimento da qualidade de vida. Padrão de vida está relacionado à oferta de bens e de mercadorias, medida de riqueza enquanto qualidade de vida não seria mensurável.¹³

Os “desastres” relacionados em especial com as indústrias químicas, petrolíferas, armamentistas, nucleares, são cada vez mais comuns e atingem, em geral, os mais “pobres” que só conseguem sobreviver ocupando os espaços que não interessam à propriedade privada. O espaço segregado produto das formas de apropriação das riquezas torna-se o espaço de intervenções das agendas governamentais em busca do futuro comum.

Os efeitos de contaminação, poluição, destruição, desastres, não são causados por indivíduos isoladamente mas pelo modo de produção de mercadorias, pelo avanço técnico com seus agentes específicos, considerados os agentes propulsores do desenvolvimento. Mas, os agentes ‘promotores’ do desenvolvimento não são considerados depredadores das riquezas naturais. Parece, nos documentos oficiais, que se forem utilizadas técnicas adequadas, se os ‘recursos humanos’ forem capacitados, se os pobres não ocuparem áreas impróprias, se não jogarem lixo nos córregos, etc. não ocorreriam catástrofes, desastres, nem a poluição ou esgotamento de riquezas naturais.

¹² - Terminologia mais usual é de meio ambiente embora entre os geógrafos seja mais utilizado ambiente. É necessário aprofundar o significado dos termos.

¹³ - Rodrigues, Arlete Moysés – 1988.

O desenvolvimento, medida de progresso conta com um novo 'indicador', o da preservação das riquezas naturais.¹⁴ Em 1962 a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente teve como foco as diferenças de "desenvolvimento". Os debates se estabelecem entre países do norte 'representados' pela proposta de crescimento zero (Clube de Roma), e os do sul que defendiam a possibilidade de desenvolvimento mesmo que sob pena de destruição das riquezas naturais. A defesa do crescimento a qualquer custo não está centrada apenas nos países da periferia do sistema mas também no interesse de reprodução ampliada do capital, nas corporações internacionais.

Com os impasses da Conferência sobre Meio Ambiente (1962) a ONU realiza estudos que resultam no relatório "Nosso Futuro Comum", considerado preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- CNUMAD em 1992 no Rio de Janeiro, onde se assinou a Agenda 21.

Mesmo que a divisão do mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos apareçam como palco de conflito, o território, as classes sociais continuam a ser ignoradas. Os documentos, relatórios, agendas oficiais consideram que os problemas são responsabilidade da sociedade abstrata e que é possível ter um desenvolvimento sustentável para suprir as necessidades do presente e das gerações futuras.

Lembramos que desde os anos 50 e 60 do século XX os movimentos ambientalistas e populares por reforma social atuam em conjunto, em especial nos protestos contra os testes nucleares, a injustiça social, racial e a guerra do Vietnã¹⁵.

DO CONFLITO DE CLASSES PARA O CONFLITO DE GERAÇÕES

A noção¹⁶ de desenvolvimento sustentável é difundida na arena política na fase da hegemonia do neoliberalismo. Com a idéia de desenvolvimento sustentável a igualdade de direitos é retomada, aprofundada. Como todos são iguais perante a lei todos são igualmente responsáveis, pela dilapidação e esgotamento das riquezas naturais. Mesmo que as riquezas sejam apropriadas privadamente a Declaração Universal dos Direitos do

¹⁴ - Sobre os indicadores, veja-se Rodrigues, Arlete Moysés (2001).

¹⁵ - Os grupos ambientalistas não se confundem, na dimensão que estamos analisando, com o discurso oficial que se concretiza nas conferências da ONU e nos documentos oficiais.

¹⁶ - Entendemos que não há conceito no Relatório Nosso Futuro Comum, na Agenda 21 e na grande maioria dos estudos. Assim utilizamos noção para expressar a junção das duas palavras.

Homem e as Convenções posteriores reiteram o ideário de que todos são iguais. Cria-se o ‘direito ao meio ambiente saudável’ na chamada esfera dos direitos difusos. Embora a apropriação seja privada pelos agentes ‘promotores do desenvolvimento’, a responsabilidade para cuidar do bem comum para as gerações futuras, é de todos.

Os direitos são tão difusos que o território e as contradições de classes tornam-se ainda mais abstratas. Os direitos de propriedade, ficam ‘reservados’ aos que detêm poder financeiro, tecnológico, inclusive ampliando as formas de direito de propriedade – a propriedade intelectual.

A tecnologia, considerada fundamental para se obter o meio ambiente saudável, é utilizada também para medir, catalogar, hierarquizar o “desenvolvimento” e seus detentores. Quem tem mais tecnologia é tido como mais capaz de preservar o meio ambiente. Assim as corporações multinacionais intensificam a subordinação ao avanço da tecnologia que permitirá controlar a produção, consumo, circulação. Requalificação da divisão territorial do trabalho no novo imperialismo? É um aspecto que necessita de pesquisas e aprofundamento teórico metodológico.

A matriz discursiva relacionada à problemática ambiental, desloca as análises da produção para o consumo e, principalmente, de conflitos e contradições de classes, para conflitos entre gerações. A geração presente deve preservar o ‘bem comum’ da humanidade para as gerações futuras. Para as gerações futuras ou para o capital?

Diz o relatório Nosso Futuro Comum : “*A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas*” (Nosso Futuro Comum –1987:9-grifos nossos).

A junção das duas palavras: desenvolvimento e sustentável é denominada de conceito sem que suas noções, métodos, técnicas, metodologia, significados e significâncias sejam sequer esboçadas. O que se pretende é a continuidade do desenvolvimento não só para o presente mas também para o futuro. Parece que se atingirá o futuro ultrapassando os limites do conceito:

“O conceito de desenvolvimento sustentável tem é claro - seus limites – não limites absolutos, mas limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera absorver os efeitos da

atividade humana. Mas tanto a tecnologia como as organizações sociais podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (idem: 9/10.)

Quais seriam os limites do estágio da tecnologia? O que se espera com o aprimoramento das técnicas? Como não há análises parece que continua a fé cega na tecnologia e ao mesmo tempo a fé não é cega porque se coloca a necessidade de ‘guardar’ para o futuro.

Quais seriam os “limites da organização social” e o que se propõe como gestão e aprimoramento? O aprimoramento da organização social tem sido remetido à necessidade de educar ambientalmente, de realizar a gestão dos recursos.

Parece que ultrapassar os limites do ‘conceito’ significa uma promessa para as gerações futuras (ou um destino inevitável?). O destino inevitável do desenvolvimento sustentável seria promovido pelos países ricos – que dispõem de técnicas, de capitais- e que ‘auxiliariam’ os países pobres. Ou seja, propõe-se a continuidade do desenvolvimento mas adiciona-se uma palavra que não altera a exploração, espoliação da força de trabalho e das riquezas naturais. O interesse na reprodução ampliada do capital é um direito reafirmado que propiciará condições de vida para as gerações futuras.

A técnica continua a ser encarada como neutra e nela se baseiam as suposições de resolver os problemas (num futuro). *“A combinação de tecnologias tradicionais e modernas cria condições para a melhoria da nutrição e o aumento do emprego rural em bases sustentáveis. A biotecnologia, a microeletrônica, a informática, a transmissão de imagens via satélite e a tecnologia da comunicação, todos são aspectos de tecnologia de ponta que podem aumentar a produtividade agrícola e contribuir para uma melhor administração de recursos”* (Nosso Futuro Comum:152-grifos nossos).

Porém temos que pensar que *“Se a técnica tomou a aparência de uma potência independente frente à sociedade, é porque ela foi primeira utilizada para dominar o trabalhador independente frente à sociedade”* (Chesnais; F. Serfati, C. 2003:60).

A tecnologia é o motor na qual se baseiam as suposições de resolver as necessidades das gerações futuras é o que se observa na Agenda 21 (e as agendas 21 locais). Contudo, a tecnologia de ponta tem provocado o aumento do desemprego rural e

urbano. Um exemplo: os produtos transgênicos além de “liberar” mão de obra, expropriam o trabalhador do campo de seus conhecimentos milenares¹⁷.

A Agenda 21 local (Brasil) em vários municípios propõe como uma forma de “inclusão social” que os pobres formem associações para ‘viver dos restos’, ou seja, da coleta, separação, venda ou transformação dos resíduos sólidos recicláveis. Se a tecnologia de ponta é considerada a chave para resolver problemas do meio ambiente como considerar que ‘viver de restos’, dos descartáveis, promova ‘inclusão social’? Inclusão se daria pelas bordas do direito ao meio ambiente, um bem comum e seria realizada no mercado?

As propostas de desenvolvimento sustentável absorvem pelas bordas temas como educação, ambiente, uso produtivo ou não dos solos, dilapidação dos recursos naturais, gestão (administração), equilíbrio, desequilíbrio, território, delimitação de áreas, espaço, produção e reprodução da vida, do ambiente, etc. buscando garantir a vida das gerações futuras. Concordamos com François Chesnais e Claude Serfat que afirmam:

*“A crise ecológica constitui, de forma imediata, **uma ameaça poderosa às condições de existência e de reprodução social de classes e povos determinados.** Um dos resultados que emerge diretamente da análise é que as agressões do capitalismo contra a ‘natureza’ estão indissociavelmente ligadas à exploração do trabalho, figurando como agressões contra povos”.* (idem p: 74 –grifos nossos).

A crise ecológica não é crise do capital ou para o capital. Decorre do sucesso e não do fracasso do modo de produção. Capitalistas individuais podem entrar em crise, mas o capital continua a se expandir de forma ampliada, independente ou até auxiliado pelo que se chama de crise ecológica¹⁸. É o que se pode observar com a apropriação privada dos conhecimentos científicos, dos mecanismos de reprodução biológica e da biosfera.

Não se trata de crise para o capital pois podemos verificar que historicamente a falta de condições de reprodução da vida dos trabalhadores, a precariedade de sobrevivência, a mortalidade elevada, epidemias, não provocaram crise para o capital. Além disso, novas mercadorias são ‘criadas’ para ‘resolver’ os problemas de poluição existentes, ou seja, o capital não se encontra, pelo menos até o período em que vivemos em crise pelo esgotamento de riquezas ou pela poluição.¹⁹ O financiamento dos organismos

¹⁷ - Martins, Paulo Roberto – 2000.

¹⁸ - Veja Chesnais, F e Serfati, C - 2003

¹⁹ - Novas mercadorias dos ‘inservíveis’ Rodrigues, Arlete Moysés -1998

internacionais torna ainda mais dependentes os países da periferia do sistema ao modo de produzir e consumir.

Cria-se, recria-se, o “mito” de afastar ou eliminar os problemas, as falhas técnicas, com a preservação, manutenção, melhoria das formas de extração das riquezas naturais, mantendo-se o mesmo modo de produzir, agora com o Desenvolvimento Sustentável, a Sustentabilidade.

As idéias de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, referendam que todos os homens são iguais, (perante a lei) todos têm o direito universal de “viver num ambiente saudável” e sobretudo, todos tem a obrigação de garantir um “ambiente saudável” para as gerações futuras. Aprimora-se a forma de ocultar os conflitos de classe, as formas de apropriação das riquezas e a importância do território.

A mercadificação de elementos das riquezas naturais (que passam para a própria biosfera) faz com que o ambiente, adquira explicitamente o status de “fator de produção”, apareça como “capital natural”, sem que a produção, reprodução do espaço, as formas de dominação, de apropriação, propriedade da terra, do “capital natural”, dos fatores de produção, do trabalho sejam sequer mencionadas. As abstrações impedem a análise da complexidade da acumulação ampliada do capital.

Novos mecanismos são criados para a reprodução ampliada do capital no futuro como guardar riquezas através das patentes de marcas e produtos, bancos de germoplasmas, patentes intelectuais, etc. alicerçados nos meios econômicos, financeiros, no poder das técnicas concentradas nas corporações multinacionais. Procura-se demonstrar onde e quem pode promover o desenvolvimento sustentável para a humanidade (abstrata), preservar o meio ambiente para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental, se quisermos analisar do ponto de vista geográfico estas e outras questões, considerar a importância do território, do espaço, os atores, agentes, sujeitos, protagonistas diferenciados que não aparecem em projetos e programas oficiais ou aparecem, como já dito, em programas denominados de ‘inclusão social’, que significam

manutenção das formas de exploração, de espoliação, sem nenhuma alteração na apropriação e propriedade das riquezas naturais.

Os deslocamentos discursivos são incorporados por todas ou quase todas ciências da natureza e da sociedade. Criam-se novas carreiras ‘científicas’ para o mercado de trabalho. Será que a incorporação da temática em disciplinas tradicionais como a geografia, a sociologia, e a criação de novas carreiras como a gestão ambiental, educação ambiental, planejamento ambiental, propiciam compreender a complexidade da problemática ambiental?

Como já dito os movimentos ambientalistas de vários matizes se organizam para mostrar as incoerências do processo de produção e dos problemas do esgotamento e poluição das riquezas naturais.

Em 1992 quando da realização da CNUMAD, o Fórum das ONGs e Movimentos Sociais (1992) com representação de organizações de 108 países, apontaram questões fundamentais sobre responsabilidades, empobrecimento da população, aumento da diferença de apropriação de riqueza entre ricos e pobres, destruição progressiva dos sistemas ecológicos, instrumentos utilizados pelas agências de financiamento para a reprodução ampliada do capital. Assinaram tratados, compromissos, planos de ação que apontavam para pensar a sociedade sustentável não incorporados na Agenda 21.

As premissas do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente como bem comum, de preservação do ambiente para as gerações futuras foram incorporadas movimentos ambientalistas e populares. Como analisar as mudanças discursivas se muitos dos que participaram do Fórum das ONGs e Movimentos Sociais e quase todas as disciplinas científicas incorporam as expressões da Agenda 21? Há que se destacar que a incorporação da agenda do desenvolvimento sustentável é considerada por movimentos sociais e estudiosos como uma forma de colocar em destaque as contradições e os conflitos sociais e uma maneira de lutar contra as desigualdades.

Os novos mecanismos, projetos, dão a sensação de “boas intenções” para a o bem da humanidade. Porém é uma carta de intenções que visa a continuidade da reprodução ampliada do capital e da concentração de riqueza. Talvez possamos ver boas intenções, talvez possamos aproveitar algumas questões colocadas para a sobrevivência da humanidade. Porém, vimos que expressões como ecologia, meio ambiente,

desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, têm um elevado *grau de neutralidade*. Permitem ao capital, com o suposto interesse ao ‘bem comum’, a perenidade das condições de reprodução do capital. Assim, como analisar o discurso do “bem comum” no mundo dominado pelas corporações multinacionais, pelo Fundo Monetário Internacional e outros agentes similares nos quais predomina o neoliberalismo?

Como analisar o deslocamento da matriz discursiva da produção para o consumo do ponto de vista da análise espacial, ou seja a produção desaparece para dar lugar apenas ao consumo, desse modo não há mais produção e reprodução do espaço? O discurso do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, permite compreender o mundo contemporâneo?

Como analisar a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos em Istambul em 1996 que mostrou a falta de condições mínimas de moradia para a maioria se a Agenda Habitat II que considera a moradia digna como direito humana ao mesmo tempo reproduz o que está contido na Agenda 21 em relação ao desenvolvimento sustentável?

Há instrumentais teóricos que permitem analisar a imposição do direito de propriedade intelectual em relação à biosfera? O direito de propriedade implica que devem os ‘bens’ serem deixados livres para que se constitua um novo tipo de ‘direito’, de propriedade: o direito de poluir (princípio poluidor pagador), os mercados *ad hoc*, a biopirataria? Seriam os chamados direitos difusos – bens da humanidade – mas que são apropriados privadamente?

Enfim como se contrapor o que aparece como solução para o futuro da humanidade com as idéias de desenvolvimento sustentável? Como analisar o que é mostrado como resultado “natural” do processo histórico? O desenvolvimento sustentável parece estar acima das classes sociais, das corporações multinacionais, da divisão territorial do trabalho, do território das nações, do poder de quem detém o capital financeiro e tecnológico.

As fragilidades das propostas, projetos, programas ficam evidentes quando se constata a ausência de análises das classes sociais, da produção, reprodução do capital, do espaço, a forma e o conteúdo de apropriação das riquezas, o deslocamento dos conflitos e contradições, conflitos de classe para “conflitos” entre gerações.

Crise ecológica, do meio ambiente são manifestações do sucesso do modo de produção de mercadorias que provoca a destruição de riquezas naturais, empobrece cada

vez mais a classe trabalhadora . Mas as contradições e conflitos de classe estão ocultas pela idéia do meio ambiente como bem comum e da necessidade de pensar nas gerações futuras.

A crise do meio ambiente é a alavanca para o capital esmaecer, ocultar as classes sociais, as diferentes formas de apropriação, propriedade, uso das riquezas naturais, do ambiente deslocando o conflito entre classes, entre países, para o conflito entre gerações.

São os Estados que assinam as agendas em relação ao meio ambiente mas ao mesmo tempo o neoliberalismo propõe (impõe) o estado mínimo. Os Estados são responsáveis pela abertura ao “livre comércio” , obtenção de recursos financeiros e tecnológicos, registro de patentes de corporações multinacionais, pagamento de ‘royalties’.

Estas e outras contradições não são visíveis, estão atrás de espessa cortina de fumaça dos direitos humanos, do direito ao meio ambiente saudável, do cuidado com o meio ambiente para as gerações futuras, do meio ambiente como bem comum.

Há que se analisar com maior profundidade estas e outras questões. A idéia central deste texto foi apresentar alguns aspectos dos deslocamentos discursivos contidos no tema desenvolvimento sustentável para tentar compreender a importância do espaço, do território e que não esgotam o tema.

Bibliografia citada

- Agenda 21** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1996 – Brasília-Senado Federal
- Alderdice**, John – “ Los derechos humanos son uma bandeira liberal – Entrevista in Diário de La Nación – Argentina, Buenos Aires – 28/9/2005.
- Alphandéry**, P.; **Bitoun**, P.; **Dupont** Y; 1992- O equívoco Ecológico – Riscos Políticos Brasiliense – SP- SP
- Chesnais**, François e **Serfat**, Claude - 2003 “Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas” In Crítica Marxista n. 16 - Boitempo- SP- SP março de 2003.
- Harvey**, David – 2004 – O Novo Imperialismo - Edições Loyola SP-SP
2005 – A produção Capitalista do Espaço- Annablume
- Meio Ambiente e Desenvolvimento** – 1992 - Uma visão das ONGs e Movimentos Sociais Brasileiros –Fórum das ONGs Brasileiras - Rio de Janeiro
- Nobre**, Marcos e **Amazonas**, M. de Carvalho 2002– Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um Conceito –Edições IBAMA – Brasília- DF.
- Nosso Futuro Comum** – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento 1991- 2ª.edição - Fundação Getúlio Vargas- Rio de Janeiro
- Rodrigues**, Arlete Moysés – 1998 – “Produção e Consumo do e no espaço – Problemática Ambiental Urbana” - Editora Hucitec- SP-SP

- 2001 – “ O mito da sustentabilidade da atividade turística” In
Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal –Editora UFMS e
Cronos- Campo Grande Mato Grasso eo Sul
- 2005 – “Construção da Vivência Urbana -Contemporânea
Movimentos Sociais Urbanos “- *CD* - Simpósio-Interfaces das
representações urbanas em tempos de Globalização 2005- AGB-Bauru”.
- Shiva**, Vandana – 1991- Ecology ant the politics of Survival – The United Nations
University – London – England
- Sader**, Eder – 1988 – Quando novos personagens entraram em Cena – Experiências, Falas
e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo – Editora Paz e Terra –RJ-
- Thomaz**, Keith – 1988 – O homem e o mundo natural – Editora Cia das Letras.
- Tratado das ONGS** – 1992 – Aprovados no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos
sociais – Instituto de Ecologia e Desenvolvimento.